



# **POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO 04º TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS DE SALVADOR**

Última alteração: 17/02/2023

Entrada em vigor: 02/08/2021

O presente documento tem por finalidade estabelecer as regras para tratamento de dados dos usuários do serviço de protesto, como serão coletados, processados, utilizados, acessados, compartilhados, armazenados e descartados para a realização de nossa atividade principal.

O 4º Tabelionato de Protesto de Salvador tem como atividade principal o recebimento dos apontamentos de protestos de títulos e documentos de dívidas da comarca de Salvador, lavrando o respectivo protesto quando da ausência de pagamento.

## **1. DEFINIÇÕES**

1.1. Para uma melhor compreensão seguem as definições:

**Conta:** é a forma através da qual o usuário é representado ao acessar determinadas áreas restritas, funcionalidades exclusivas dos sites, aplicativos, sistemas e serviços oferecidos pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador.

**Cookies:** pequenos arquivos ou pacotes de dados enviados pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador ao dispositivo do usuário para identificá-lo e coletar informações que auxiliarão o 04º Tabelionato de Protesto de Salvador, a aprimorar os serviços prestados. Alguns cookies são essenciais para a navegação básica.

**Dados Pessoais:** são informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável, ou seja, qualquer informação que identifique uma pessoa (nome, número de documento, endereço, etc.).

**Dados Pessoais Sensíveis:** são dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.



**Dados Anonimizados:** são informações que, isoladamente ou em conjunto com outros dados, não permitem a identificação de uma pessoa, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

**Tratamento de Dados:** são todas as operações realizadas com o dado pessoal.

**Titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

**Usuário:** pessoa que acessa ou interage com as funcionalidades oferecidas pelos sites, aplicativos e serviços prestados pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador.

**Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que tem competência para tomar decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

**Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

**Encarregado (DPO):** pessoa (física ou jurídica), indicada pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador, responsável por atuar como canal de comunicação entre o 04º Tabelionato de Protesto de Salvador, o titular do dado e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

**Autoridade Nacional de Proteção de Dados:** órgão da Administração Pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018).

**Logs:** registros de atividades dos Usuários efetuados nos sites, aplicativos e serviços prestados pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador.

## 2. Coleta dos Dados

### RESUMO

Coletamos apenas os dados necessários para o exercício de nossas atividades e prestação de nossos serviços, na forma da Lei. Para resguardar e proteger os direitos de terceiros, para a obtenção de certidão, o usuário deverá declarar a finalidade. Também explicamos no que consistem os *Cookies* e como o Usuário pode gerenciá-los.

#### 2.1. Os Dados serão coletados:



- a) quando inseridos ou submetidos voluntariamente pelos Usuários nos sites, aplicativos e serviços oferecidos pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador, tais como a criação de conta, navegação, interação com conteúdo e aquisição de serviços;
- b) quando o Usuário submeter dados de terceiros ao 04º Tabelionato de Protesto de Salvador (tais como dados de amigos), O 04º Tabelionato de Protesto de Salvador poderá utilizá-los de acordo com a presente Política de Privacidade, mantendo o 04º Tabelionato de Protesto de Salvador livre de qualquer responsabilidade;
- c) quando os Dados forem submetidos de forma automatizada e sem a necessidade de qualquer ação por parte dos Usuários, tais como por meio de Cookies;
- d) de parceiros que tenham obtido autorização para compartilhá-los com o 04º Tabelionato de Protesto de Salvador; ou
- e) quando do apontamento dos títulos na forma da Lei.

2.2. Para o exercício de suas atividades e prestação de seus serviços, o 04º Tabelionato de Protesto de Salvador, através de suas plataformas, poderá requisitar de seus Usuários as seguintes informações, mas não se limitam a:

- Nome completo;
- Número de CPF/CNPJ;
- Número da cédula de identidade;
- Data de nascimento
- Endereço de e-mail;
- Endereço postal completo;
- Número de telefone;
- Nome de usuário e senha;
- Dados do título ou documento de dívida protestado;
- Dados bancários;



- Endereço IP e informações relacionadas à navegação do usuário e suas interações com a plataforma.

2.3. O 04º Tabelionato de Protesto de Salvador não é responsável pela veracidade, inveracidade ou desatualização nas informações e dados fornecidos pelo usuário dos serviços de protesto, sendo de responsabilidade do usuário prestá-las com exatidão e atualizá-las.

2.4. O 04º Tabelionato de Protesto de Salvador utiliza Cookies e o tratamento de dados pessoais coletados através de Cookies é realizado de acordo com as disposições da legislação aplicável e nos termos da presente Política. O usuário concorda com essa utilização ao aceitar essa Política de Privacidade.

2.5. O usuário pode não aceitar os Cookies para utilizar os sites, aplicativos e serviços prestados pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador, mas nestas situações não haverá garantia do correto funcionamento. Os Cookies podem ser aceitos, excluídos ou rejeitados por meio de ferramentas de gerenciamento do próprio navegador usado pelo usuário.

2.6. O 04º Tabelionato de Protesto de Salvador também registrará as atividades efetuadas pelo usuário no site e serviços prestados, criando logs que podem incluir, mas não se limitam a:

- Endereço IP do usuário;

- Ações efetuadas pelo usuário nos sites, aplicativos e serviços prestados pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador;

- Endereços das páginas e telas acessadas pelo usuário nos sites, aplicativos e serviços prestados pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador;

- Datas e horários de cada ação do usuário nos sites, aplicativos e serviços prestados pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador, além do acesso que fizer às páginas e telas e das ferramentas e funcionalidades que utilizar;

- Informações sobre o dispositivo utilizado pelo usuário, versão de sistema operacional, navegador, dentre outros aplicativos e softwares instalados;

- tipo de conexão do usuário, tais como Wi-Fi ou redes de celular (EDGE, 3G e 4G, por exemplo); e

- geolocalização.

2.7. Outras tecnologias poderão ser utilizadas para a obtenção de dados de navegação do usuário, respeitando sempre os termos desta Política de Privacidade e as opções do usuário a



respeito de sua coleta e armazenamento, sendo este informado previamente em caso de quaisquer alterações.

### 3. Tratamento dos Dados

#### RESUMO

O 04º Tabelionato de Protesto de Salvador trata dados pessoais com a única e exclusiva finalidade de cumprir o que determina a Lei Federal nº 9.492/97, ou seja, promover a lavratura e o registro do protesto de títulos e outros documentos de dívida, garantindo a sua publicidade e, para tanto, realizando os atos e procedimentos necessários e/ou dele decorrentes, devidamente autorizados pelo Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado da Bahia, Provimento Conjunto nº CGJ/CCI – 09/2013, novo texto publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 2.073-DJBA, disponibilizado em 30/01/2018. Com efeito, a base legal que nos permite coletar e tratar os dados é a prevista no artigo 7º, inciso II da Lei nº 13.709/18.

3.1. Os dados coletados dos Usuários poderão ser utilizados para as seguintes finalidades:

- Autorizar o cancelamento de protesto, gerando o requerimento nas plataformas e enviando, posteriormente, a documentação necessária para a autorização;
- Consultar gratuitamente a existência de um protesto;
- Consultar gratuitamente a existência de Editais informando se há títulos em cartório;
- Gerar boletos bancários para pagamento de emolumentos de títulos ou documentos de dívidas protestados com o cancelamento autorizado;



- Enviar documentos digitalizados para cancelamento do protesto;
- Enviar comunicados informando a existência de protesto com autorização de cancelamento por qualquer mensagem telefônica ou eletrônica (SMS, WhatsApp, e-mail, etc.), alertando sobre a necessidade de pagamento de emolumentos e despesas;
- Pesquisa de andamento de títulos ou documentos de dívida informando a situação atualizada;
- Verificar a autenticidade de documentos digitais expedidos pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador para prevenção de fraudes;
- Atender adequadamente às solicitações e dúvidas, bem como prestar suporte aos usuários, ou seja, gerenciar e responder às solicitações feitas pelo usuário, de acordo com os direitos dos titulares dos dados elencados na LGPD;
- Aperfeiçoar o uso e a experiência interativa durante navegação no site, aplicativos e serviços prestados pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador;
- Cumprir ordem judicial ou requisição por autoridade administrativa, bem como atender obrigações de reportar preventivamente determinadas atividades para autoridades competentes;
- Manter o registro dos boletos emitidos pelo nosso sítio eletrônico na internet;
- Gerenciar riscos e detectar, prevenir e/ou remediar fraudes ou outras atividades potencialmente ilegais ou proibidas, além de violações de políticas ou termos de uso aplicáveis;

3.2. O 04º Tabelionato de Protesto de Salvador zela pela proteção e desenvolvimento da criança e do adolescente, agindo de acordo com a LGPD (Lei Federal nº 13.709/18). No entanto, há determinados casos em que não temos informações suficientes para identificar se o titular dos dados pessoais se enquadra como criança ou adolescente, ficando à cargo e responsabilidade do apresentante do título a protesto, os dados fornecidos, na forma do parágrafo único do art. 5º da Lei Federal nº 9.492/97.

3.3. Internamente, os dados somente serão acessados por profissionais devidamente autorizados pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador, respeitando os princípios da finalidade, adequação, necessidade entre outros previstos na LGPD, além do compromisso de confidencialidade e preservação da privacidade nos termos desta Política.



3.4. Os dados pessoais poderão ser compartilhados com: empresas de serviços contratadas pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador exclusivamente para armazenamento dos dados da rede (backups) e gerenciamento da infraestrutura de TI e softwares; instituições financeiras para emissão e pagamento de boletos bancários; autoridades administrativas e judiciais autorizadas por lei conforme parágrafo 5º, art. 23 da Lei 13.709/18; entidades representativas da indústria e comércio ou aquelas vinculadas à proteção de crédito art. 29 da Lei Federal nº 9.492/97.

3.5. O 04º Tabelionato de Protesto de Salvador ao compartilhar os dados pessoais, limita-se a fornecer às organizações, o estritamente necessário para o exercício de suas funções, exigindo contratualmente garantias de privacidade e segurança compatíveis com essa Política e demais legislações pertinentes.

3.6. O 04º Tabelionato de Protesto de Salvador preza pela segurança e inviolabilidade dos dados dos titulares e/ou usuários. Por esse motivo constantemente busca e monitora a atualização de suas medidas de segurança para evitar ao máximo perdas, danos ou furtos de dados, além de cumprir integralmente o disposto no Provimento nº 74/2018 do CNJ, que estabelece padrões de Tecnologia da Informação para as serventias extrajudiciais.

3.7. Nenhum dado será transferido para terceiros não autorizados.

3.8. De acordo com a LGPD, o titular de dados tem o direito de obter, mediante requisição expressa e com confirmação de sua identidade: confirmação da existência do tratamento dos dados e o acesso a eles; exclusão ou eliminação dos dados pessoais, assim como a anonimização, bloqueio e revogação quando estes forem tratados com o consentimento do titular, ressalvadas as hipóteses do art. 16 da LGPD; informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou o compartilhamento de dados, salvo as hipóteses da Lei nº 9.492/97. Esses direitos podem ser exercidos enviando solicitação para [encarregado@4protestodesalvador.com.br](mailto:encarregado@4protestodesalvador.com.br), fornecendo nome completo e endereço de e-mail para resposta.

3.9. **Os dados constantes de títulos e documentos protestados, bem como da certidão de protesto não podem ser modificados a não ser pela via judicial. O cancelamento de registro de protesto indevido somente pode ser feito por via judicial (Lei Federal nº 9.492/97).**

#### 4. Armazenamento dos Dados

##### RESUMO

Os Dados coletados são armazenados em local seguro pelo prazo previsto em



legislação específica e na Tabela de Temporalidade de Documentos prevista no Provimento nº 50/2015 do CNJ.

4.1. Os Dados coletados estarão armazenados em ambiente seguro e controlado, em nosso sistema ou em sistema de terceiro regularmente contratado pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador, conforme esclarecido nesta Política, sendo seu responsável o 04º TABELIONATO DE PROTESTO DE SALVADOR, inscrito no CNPJ nº 15.170.054/0001-72 sediado à Rua Pará, 278, Sala 102/103, Pituba, Salvador-BA, CEP.: 41.830-070.

4.2. A inutilização e eliminação de documentos não afasta os deveres previstos na LGPD e na Lei Federal nº 9.492/97 em relação aos dados pessoais que remanescerem em índices, classificadores, indicadores, banco de dados, arquivos de segurança ou qualquer outro modo de conservação adotado na unidade dos serviços extrajudiciais de notas e de registro.

4.3. O 04º Tabelionato de Protesto de Salvador poderá manter os dados anonimizados para propósitos de estatística e estudos, mesmo após a solicitação de exclusão pelo usuário ou após o término do prazo legal de guarda.

## **5. Dos Direitos do Titular**

5.1 - Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos da Lei 13.709/2018.

5.2 - O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

I - confirmação da existência de tratamento;

II - acesso aos dados;

III - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;





V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial; (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

VI - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei;

VII - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII - informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.

5.3 - O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional.

5.4 - O titular pode opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto nesta Lei.

5.5 - Os direitos previstos neste artigo serão exercidos mediante requerimento expresso do titular ou de representante legalmente constituído, a agente de tratamento.

5.6 - Em caso de impossibilidade de adoção imediata da providência de que trata o item 5.5 deste artigo, o controlador enviará ao titular resposta em que poderá:

I - comunicar que não é agente de tratamento dos dados e indicar, sempre que possível, o agente; ou

II - indicar as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência.

5.7 - O requerimento referido no item 5.5 será atendido sem custos para o titular, nos prazos e nos termos previstos em regulamento.

5.8 - O responsável deverá informar, de maneira imediata, aos agentes de tratamento com os quais tenha realizado uso compartilhado de dados a correção, a eliminação, a anonimização ou o bloqueio dos dados, para que repitam idêntico procedimento, exceto nos casos em que esta comunicação seja comprovadamente impossível ou implique esforço desproporcional. (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

5.9 - A portabilidade dos dados pessoais a que se refere o inciso V do item 5.2 não inclui dados que já tenham sido anonimizados pelo controlador.



5.10 - O direito a que se refere o item 5.3 também poderá ser exercido perante os organismos de defesa do consumidor.

5.11 - A confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais serão providenciados, mediante requisição do titular:

I - em formato simplificado, imediatamente; ou

II - por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento, observados os segredos comercial e industrial, fornecida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data do requerimento do titular.

5.12 - Os dados pessoais serão armazenados em formato que favoreça o exercício do direito de acesso.

5.13 - As informações e os dados poderão ser fornecidos, a critério do titular:

I - por meio eletrônico, seguro e idôneo para esse fim; ou

II - sob forma impressa.

5.14 - Quando o tratamento tiver origem no consentimento do titular ou em contrato, o titular poderá solicitar cópia eletrônica integral de seus dados pessoais, observados os segredos comercial e industrial, nos termos de regulamentação da autoridade nacional, em formato que permita a sua utilização subsequente, inclusive em outras operações de tratamento.

5.15 - A autoridade nacional poderá dispor de forma diferenciada acerca dos prazos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo para os setores específicos.

5.16 - O titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

5.17 - O controlador deverá fornecer, sempre que solicitadas, informações claras e adequadas a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a decisão automatizada, observados os segredos comercial e industrial.

5.18 - Em caso de não oferecimento de informações de que trata o item 5.17 baseado na observância de segredo comercial e industrial, a autoridade nacional poderá realizar auditoria para verificação de aspectos discriminatórios em tratamento automatizado de dados pessoais.



5.19 - Os dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular não podem ser utilizados em seu prejuízo.

5.20 - A defesa dos interesses e dos direitos dos titulares de dados poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma do disposto na legislação pertinente, acerca dos instrumentos de tutela individual e coletiva.

## 6. Disposições Gerais:

### RESUMO

Nos reservamos ao direito de atualizar esse documento a qualquer momento, por esse motivo consulte-o com frequência. Se terceizarmos qualquer atividade, garantiremos que as empresas contratadas obedeçam a todas as disposições deste documento.

5.1. O teor desta Política de Privacidade poderá ser atualizado ou modificado a qualquer momento, conforme a finalidade ou conveniência do 04º Tabelionato de Protesto de Salvador, tal qual para adequação e conformidade legal de disposição de lei ou norma que tenha força jurídica equivalente, cabendo ao usuário verificá-la sempre que efetuar o acesso ao site ou serviços prestados pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador.

5.2. O contato do Encarregado (DPO) é o endereço eletrônico [encarregado@4protestodesalvador.com.br](mailto:encarregado@4protestodesalvador.com.br). O usuário deverá entrar em contato neste endereço para esclarecer eventuais dúvidas ou apresentar qualquer solicitação relacionada ao tratamento de dados pessoais descritos nesta Política de Privacidade.

5.3. Caso empresas terceirizadas realizem o processamento de quaisquer dados coletados pelo 04º Tabelionato de Protesto de Salvador, deverão respeitar as condições e as normas de Segurança da Informação aqui estipuladas, obrigatoriamente. Bem como deverão ser orientados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei n. 13709/2018, e manifestar a sua ciência, por escrito.

**Atualização:** 17 de fevereiro de 2023 – 1ª versão